



7ª E 8ª HORAS

Bancários aprovam abertura da Comissão de Conciliação Voluntária

Por ampla maioria, os quase 400 bancários e bancárias do Banco do Brasil que participaram da assembleia específica na sede do Sindicato na noite de terça-feira (7) aprovaram o acordo aditivo que instala a Comissão de Conciliação Voluntária (CCV) da 7ª e 8ª horas. O Sindicato começa a receber as solicitações de conciliação no dia 20. Os formulários serão disponibilizados na página do Sindicato na internet.

A íntegra do acordo aditivo que instala a CCV da 7ª e 8ª horas pode ser consultada em www.bancariosdf.com.br.

“Em mais uma assembleia democrática e participativa, o Sindicato esclareceu dúvidas e abriu espaço para um amplo debate sobre o tema. Madura, a decisão de instalar a CCV permitirá aos bancários decidirem se aceitam ou não os valores propostos pelo banco”, afirmou o diretor da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CN/CUT) Wesley Queiroz, que também é bancário do BB.

A CCV passa a ser admitida em casos de postulação de direitos relativos às 7ª e 8ª horas dos que ocupam ou ocuparam cargos em comissão. Pode ser acordado o passivo dos últimos cinco anos.



Bancário precisa manifestar interesse

O interesse pela conciliação deve partir do próprio bancário do BB, com entrega do pedido no Sindicato, o qual será encaminhado ao BB, e a sessão será realizada em 30 dias. As sessões da Comissão ocorrerão na sede do Sindicato, localizado na EQS 314/315, Bloco A.

A CCV será composta por integrantes indicados pelo Sindicato e pelo BB.

“A decisão de aceitar ou não o acordo via CCV é individual. Porém, os diretores do Sindicato estarão de plantão para orientar os colegas”, afirma o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Rafael Zanon, que também é bancário do BB.

Segundo o acordo aditivo, a adesão dos bancários de Brasília à CCV exige que o Sindicato suspenda por 180 dias as ações coletivas que discutem jornada de trabalho. Tal suspensão não traz nenhum prejuízo no julgamento do mérito das ações.

“A CCV não é obrigatória. Faz acordo quem quer. O Sindicato tem ações coletivas que estão em curso. Mesmo assim, entende que é democrático dar o direito para as pessoas que quiserem conhecer os valores que o BB tem para trazer via CCV. Temos que respeitar todos os trabalhadores em seus interesses”, reforçou o diretor do Sindicato Jefferson Meira.

Durante a assembleia, os diretores da entidade informaram que o Sindicato reivindicou do BB apre-

sentação de proposta para todos os bancários que foram comissionadas nos últimos dez anos.

“O Sindicato defendeu a abertura de CCV por entender que o trabalhador do BB é esclarecido e saberá tomar a decisão correta na sessão de conciliação, levando em consideração tanto aspectos pessoais quanto aqueles relativos à luta coletiva. Em cada sessão de conciliação estará presente um membro do Sindicato que orientará o bancário para a tomada de decisão”, explica o diretor do Sindicato Wadson Boaventura.

A assembleia também contou com a presença do presidente do Sintraf-Ride, Clever Bomfim.

Tire suas dúvidas

Para sanar as dúvidas sobre a CCV, bem como acerca das ações coletivas relativas à jornada, o Sindicato disponibiliza o email ccvacosesbb@bancariosdf.com.br, para o qual os bancários podem enviar suas perguntas e questionamentos. As respostas serão divulgadas no site da entidade, para contemplar o maior número de trabalhadores possível. O bancário terá sua identidade preservada.

Histórico



Reunidos em assembleia específica na Praça do Cebolão, no Setor Bancário Sul, em 26 de setembro do ano passado, os bancários do BB aprovaram a proposta do banco, pondo fim à greve. Também foi aprovado em assembleia que a discussão sobre CCV aconteceria posteriormente.



Com ampla participação dos bancários do Banco do Brasil, o seminário realizado pelo Sindicato no dia 10 de outubro de 2012, na sede da entidade, discutiu a proposta da instituição financeira de implementação de CCV para pagamento de indenizações relativas às 7ª e 8ª horas.



No dia 31 de janeiro deste ano, o Sindicato fez plenária jurídica na Praça do Cebolão, no Setor Bancário Sul, para esclarecer dúvidas sobre o novo plano de funções, implantado unilateralmente pela instituição financeira, e a proposta de CCV.

Congresso dos Bancários do BB debate reivindicações da base de Brasília

Reunidos em seu Congresso Distrital, realizado em 27 de abril, os bancários do Banco do Brasil aprovaram as propostas de reivindicações e a estratégia de luta de Brasília para a Campanha Nacional deste ano. O encontro foi realizado pelo Sindicato no auditório Parlamundi da Legião da Boa Vontade (LBV), na 915 Sul, e teve o apoio do Sintraf-Ride.

Foram mais de 8 horas de intensas discussões, a partir dos painéis sobre temas de interesse do funcionalismo e de intervenções dos participantes, que resultaram na pauta aprovada em assembleia ao final do encontro. Todas as propostas serão agora levadas para o Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (CNFBB), que será realizado de 17 a 19 de maio, em São Paulo. Na maioria dos itens houve aprovação por consenso. As propostas que não foram deliberadas por falta de consenso serão encaminhadas para debate no CNFBB pelos delegados eleitos. A pauta foi subdividida por temas, como Saúde e Condições de Trabalho, Previdência, Remuneração e Organização da Luta.

Veja algumas propostas aprovadas

■ **Melhoria das condições de trabalho** - fim das metas abusivas; fim do PSO com ampliação



das dotações; fim do banco de horas e ampliação das contratações; fim das reestruturações; fim da lateralidade; fim da fraude no ponto eletrônico;

■ **Cassi e Saúde do Trabalhador** - fim do assédio moral e do "ato de gestão"; Cassi para todos com implantação de plano odontológico para aposentados; exigência do cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial as vinculadas aos trabalhos do Sesm; divulgação do PCMSO e as pausas para os caixas; PLR para afastados por licença-saúde;

■ **Previdência** - implantação de um teto de benefícios em valor monetário; fim do voto de minerva e retorno da consulta obrigatória ao Corpo Social;

manutenção da luta contra a Resolução CGPC 26; criação do resgate da parte patronal do Previ Futuro; divulgação das orientações em relação às partes 2B e 2C do Previ Futuro; ampliação do teto de contribuição para 17%; criação e patrocínio de plano suplementar com base nos valores recebidos de PLR e cesta alimentação; Previ para todos;

■ **Remuneração** - abertura imediata de negociações para corrigir os abusos e ilegalidades do novo plano de funções (jornada de 6 horas, valor das verbas salariais), implantado unilateralmente pela Dipes; incorporação automática do salário após 10 anos de exercício de função comissionada; criação de processos seletivos sérios para todos

os cargos (Progrid para todos).

"Todas as sugestões de reivindicações foram debatidas pelos bancários presentes ao congresso, com contribuições trazidas dos locais de locais de trabalho, dentro de um processo democrático que é a marca desse fórum deliberativo promovido pelo Sindicato para ouvir os trabalhadores", observa Jeferson Meira, diretor do Sindicato. Ele acrescenta que, "apesar de estarmos organizando a campanha nacional, o momento é de mobilização, tendo em vista a investida deflagrada pela direção do BB contra os trabalhadores e sua representação sindical".

"As propostas serão encaminhadas pelos delegados, eleitos no congresso, para discussão no CNFBB, que será realizado de 17 a 19 de maio, em São Paulo. De lá, com contribuições de bancários de todo o país, sairá a pauta final de reivindicações que os representantes sindicais negociarão com o Banco do Brasil para renovar o acordo aditivo do funcionalismo à Convenção Coletiva da categoria", explica Rafael Zanon, secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato.

O conjunto das propostas aprovadas será publicado na página do Sindicato na internet após a reunião de delegados do dia 14 (leia matéria abaixo).

Delegados sindicais debatem pauta específica em reunião dia 14

Nesta terça-feira 14, os delegados sindicais do Banco do Brasil se reunirão na sede do Sindicato (EQS 314/315), a partir das 9h, para discutir as demandas específicas dos funcionários e definir novas estratégias de mobilização.

"É essencial a participação dos delegados sindicais para fortalecer nosso movimento por melhores condições de trabalho e avançar na luta pelo atendimento das nossas reivindicações específicas", destaca

Rafael Zanon, secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato.

Serão debatidos os encaminhamentos e propostas aprovados no Congresso dos Funcionários do BB, realizado no último dia 27 de abril (leia matéria nesta página). Todas as propostas foram aprovadas em assembleia e serão levadas para o Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (CNFBB), que ocorrerá nos dias 17, 18 e 19 de maio, em São Paulo.

Veja a pauta de discussão da reunião:

- Campanha Nacional dos Bancários 2013;
- Congresso Nacional dos Funcionários BB, com apresentação da pauta de Brasília aprovada no Congresso Distrital;
- Ações judiciais coletivas;
- Conjuntura nacional de luta no BB;

- Comissão de Conciliação Voluntária (CCV);
- SAP-ERP;
- Luta contra as demissões;
- Luta contra o assédio moral e contra os atos antissindicais;
- Remuneração das funções gratificadas e de confiança;
- Ascensão profissional, pelo fim do ato de gestão;
- Assuntos diversos.

BB tenta obstruir trabalhos do MPT

em investigação contra demissões sem justa causa

Em mais uma manobra para tentar esquivar-se de dar explicações sobre as demissões por ato de gestão (sem justa causa) dos bancários e bancárias que ingressaram na Justiça com ações de 7ª e 8ª horas, a direção do Banco do Brasil protocolou nesta quinta-feira (9) petição em reclamação disciplinar junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) contra o procurador do Trabalho que investiga as dispensas imotivadas.

O documento foi entregue apenas 11 minutos antes do início da audiência que ouviria o diretor da Diretoria de Tecnologia (Ditec). Em virtude do não comparecimento do diretor da Ditec, o procurador decidiu suspender a oitiva.

“Causa indignação a postura arbitrária do BB, que entrou com processo disciplinar no Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador do Trabalho. Isso mostra a real postura arbitrária da

diretoria do BB. Se com o MPT o banco age dessa forma, o que dirá com seus funcionários”, criticou o diretor da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) Wesclly Queiroz, que também é bancário do BB.

O pedido de reclamação disciplinar foi protocolado pelos quatro advogados do BB, sob alegação de que o procurador do Trabalho tinha sido desrespeitoso, irônico e violou as prerrogativas dos advogados da instituição financeira na audiência do último dia 2. Baseado nessa reclamação, eles também solicitaram ao CNMP a suspensão da oitiva do diretor da Ditec.

“Estive presente em todas audiências e, em momento algum, presenciei qualquer ato desabonador ou de desrespeito praticado pelo procurador contra os diretores do banco. Muito pelo contrário, quem desrespeitou a plateia foram os diretores do BB”, rebateu Wesclly.

A pedido do BB, a audiência re-

alizada nesta quinta foi acompanhada por um membro da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Distrito Federal (OAB-DF).

Na audiência realizada no último dia 2, o procurador do Trabalho ouviu os diretores do BB Carlos Alberto de Araújo Neto (Gestão de Pessoas) e Carlos Eduardo Leal Neri (Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas) sobre as demissões sem justa causa.

Durante a oitiva, o procurador indagou o porquê das demissões e questionou se as dispensas por ato de gestão ocorreram em represália aos que ingressam na Justiça com ações de 7ª e 8ª horas. Em resposta, os diretores do BB Carlos Alberto de Araújo Neto e Carlos Eduardo Leal Neri disseram que as demissões ocorreram por questões administrativas, sem explicar a motivação.

“Lamento que a diretoria do BB se furte a discutir o motivo das demissões sem justa causa. Em vez de

debater, ataca o representante do MPT, numa clara manobra de obstruir o processo”, afirmou a diretora da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) Rejane Marques, também bancária do BB.

BB já tentou calar juíza

Essa não é a primeira vez que o BB tenta calar as instituições judiciais. Em fevereiro deste ano, a direção do banco impetrou na Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), medida de correção parcial do ato da juíza Cilene Ferreira Amaro Santos, do TRT, que negou pedido de liminar do banco contra decisão concessiva de antecipação de tutela, originária da 4ª Vara do Trabalho de Brasília, para estender o prazo de adesão ao novo plano de função, implantado unilateralmente pelo BB em 28 de janeiro de 2013.

Sindicato segue com ações coletivas de 7ª e 8ª horas

A assessoria jurídica do Sindicato segue com as ações na Justiça pleiteando as 7ª e 8ª horas dos últimos cinco ou mais anos para todos aqueles que exerceram as funções de assistente, auxiliar e analista nas unidades de negócio e de apoio, de assessor júnior nas unidades estratégicas, e de assistente, assessor júnior, pleno e sênior na Diretoria de Tecnologia (Ditec).

As ações estão tramitando no Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

da 10ª Região, que abarca Brasília. Os números para acompanhamento dos processos são os seguintes: ação 631/2013 da 12ª Vara para assistentes e assessores júnior, pleno e sênior da Ditec; ação 572/2013 da 19ª Vara do TRT para assistentes de agência; e ação 733/2013 da 8ª Vara para assistentes, auxiliares e analistas de unidade de apoio, unidade tática e assessores júnior de unidades estratégicas.

Desde janeiro passado, o Tri-

bunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu o direito do Sindicato de pleitear as 7ª e 8ª horas em ações coletivas após mobilização da entidade.

“A estratégia jurídica se aprimorou e o Sindicato ganhou o direito no TST de pleitear as 7ª e 8ª horas em ações coletivas. Estamos na luta por todos os bancários que exerceram jornada de 8 horas em funções técnicas”, afirma o secretário de Assuntos Jurídicos do

Sindicato, Rafael Zanon.

O Sindicato já obteve vitórias importantes sobre o assunto. Recentemente, duas ações coletivas - dos assistentes do Centro de Suporte Operacional (CSO) e dos assessores da Contadoria Geral (Coger) - tiveram êxito. Outra ação coletiva é a dos assistentes de agência, de 2009, em que o Sindicato pleiteou o cumprimento da jornada de 6 horas, com ganho de causa em primeira e segunda instâncias.

Previ e Cassi para incorporados: ação civil pública tem audiência final dia 6 de junho

A ação civil pública 1/2012 da 3ª Vara do Trabalho de Brasília que busca garantir o direito à filiação na Cassi (plano de saúde), e na Previ (fundo de pensão), dos trabalhadores oriundos de bancos incorporados pelo BB tem audiência final marcada para 6 de junho. O processo, que foi movido pelo

MPT, está sendo acompanhado de perto pelo Sindicato.

“O Sindicato denuncia posturas do banco de discriminação entre funcionários da mesma instituição. Nós atuamos junto ao MPT para garantir o direito dos incorporados”, afirma o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Rafael Zanon.

Besc e BEP

Em 16 de fevereiro de 2012 foi realizada a primeira audiência da ação coletiva movida pelo Sindicato para que os funcionários do Besc (ação 2012/ano 2011/12ª Vara) tenham direito a ingressar na Cassi. Essa ação faz parte da

estratégia do Sindicato para que os funcionários egressos do Besc, do BNC e do BEP tenham direito à Previ e Cassi. O Sindicato já obteve êxito em primeira instância em ação semelhante para os funcionários do BEP (ação 1421/ano 2011/21ª Vara). O BB recorreu e a ação aguarda julgamento no TRT.

Sindicato cobra abertura de negociação sobre distribuição do superávit da Previ

O Sindicato enviou no último dia 26 de abril ofício ao Banco do Brasil solicitando abertura de negociação para discutir a distribuição do superávit da Caixa de Previdência dos Funcionários, a Previ. A entidade representativa dos trabalhadores quer debater a distribuição da reserva especial de R\$ 1 bilhão do Plano 1.

“O banco deve abrir as discussões com as entidades do funcionalismo sobre a distribuição do superávit. Nós defendemos que toda a sobra deve ser usada para os associados”, afirma o conselheiro deliberativo eleito da Previ Rafael Zanon, que é diretor do Sindicato.

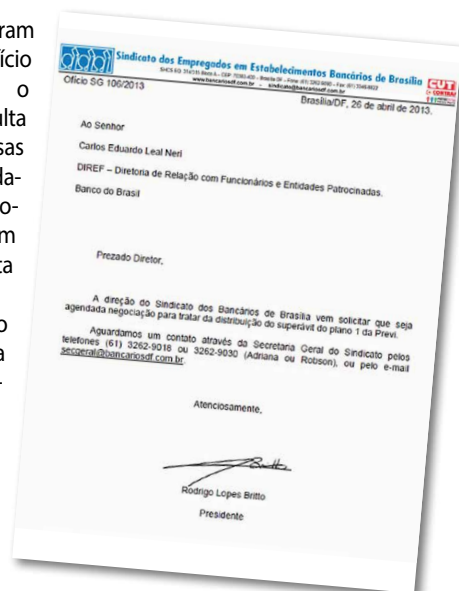
Entenda o que é a reserva especial

A cada três anos de superávit, a legislação determina sua distribuição. A Previ, com o superávit de R\$ 27 bilhões alcançado no final de 2012, completou esse ciclo. Tem que distribuir o excedente da reserva de contingência, que deve ser de 25% do patrimônio do fundo. Portanto, dos R\$ 27 bilhões de superávit, R\$ 26 bilhões são reserva de contingência. Assim, R\$ 1 bilhão sobra e deve ser distribuído.

A última distribuição do superávit, em 2010, foi decidida após consulta aos associados, e mais de

90% dos votantes decidiram pela instauração do Benefício Extraordinário Temporário, o BET. O processo de consulta aconteceu depois de intensas negociações entre as entidades representativas do funcionalismo e o BB, que chegaram ao esboço da proposta aceita pelos associados.

Mais uma negociação deverá ser realizada para a distribuição da reserva especial de R\$ 1 bilhão. As entidades representativas dos trabalhadores já iniciaram processo de debate sobre como deverá ser a destinação do superávit.



ONU: CUT é único exemplo de vitória dos trabalhadores no mundo

Um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontou que a CUT e os sindicatos brasileiros se transformaram no único exemplo de vitória no campo laboral da América Latina em um cenário de desindustrialização e perda de direitos.

“Talvez tenha sido o único exemplo de resistência vitoriosa da classe trabalhadora a escala global”, diz o relatório O protesto social na América Latina, que faz uma análise das desigualdades e das lutas sociais no subcontinente. “A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os sindicatos setoriais resistiram e fortaleceram sua ação coletiva, combinando greves e protestos com negociações. A unidade e a autonomia dos sindicatos e sua crescente vinculação com a

política nacional, através do Partido dos Trabalhadores (PT), alcançaram um novo status de autonomia em um país onde a crise não provocou fortes processos de desindustrialização”, diz o texto do Pnud, que pertence à Organização das Nações Unidas (ONU).

O relatório, divulgado em abril em Nova York, analisou 54 jornais de 17 países latino-americanos entre outubro de 2009 e setembro de 2010, para avaliar e registrar a ocorrência dos conflitos sociais, retratados no estudo como mobilizações de grupos sociais para reivindicar direitos. Na visão do Pnud, a desigualdade continua sendo a principal causadora destes episódios, que ocorrem com frequência única na América Latina se comparada a qualquer outra área do planeta.

Ao analisar a questão trabalhista, o estudo do Pnud traça um re-

trospecto desde a década de 1980 até o momento atual, de economias afetadas pela crise global. Na visão do programa das Nações Unidas, houve um primeiro momento comum, na redemocratização do pós-ditaduras, em que as entidades de representação dos trabalhadores passaram por instabilidades. Na década de 1990, com o avanço de políticas neoliberais, foi necessário que os sindicatos passassem a uma atuação defensiva na qual simplesmente se podia evitar a perda de direitos.

Ante a crise econômica, que causou desemprego e enfraquecimento da indústria dos países da América Latina, os trabalhadores organizados reivindicam a manutenção dos postos de trabalho, dos salários e dos benefícios sociais. “Uma brutal consequência foi a perda da centralidade política da classe trabalhadora latino-america-

na, exceto no Brasil”, aponta.

Além da luta dos trabalhadores, o estudo destaca que, no período analisado, também houve conflitos para melhorar a qualidade de vida urbana e a descentralização do poder e os conflitos por terra, nos quais os camponeses brasileiros, “apesar de terem lutado de modo intenso por terra não tiveram o êxito nem o posicionamento estratégico no sistema político que os trabalhadores alcançaram”.

O relatório compõe a segunda parte de uma coleção de cadernos do PNUD, para tratar sobre Perspectiva Política analisando o processo de revalorização que a política sofreu na América Latina na última década. A primeira parte, lançada em 2007, debateu governabilidade e democracia.